



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27.<sup>a</sup> CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

**Registro: 2014.0000479314**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação n.º 0019110-34.2008.8.26.0477, da Comarca de Praia Grande, em que é apelante JOÃO PAULO DE LIMA FILHO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado JOSÉ ANDRÉ DO NASCIMENTO (JUSTIÇA GRATUITA),

**ACORDAM**, em 27.<sup>a</sup> Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente), MORAIS PUCCI E CLAUDIO HAMILTON.

São Paulo, 29 de julho de 2014.

**Gilberto Leme**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

**Apelação com revisão n.º 0019110-34.2008.8.26.0477**

Comarca: Praia Grande  
Apelante: João Paulo de Lima Filho (justiça gratuita)  
Apelado: José André do Nascimento (justiça gratuita)

Juíza sentenciante: Luciana Viveiros C. dos Santos Seabra

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PETIÇÃO INICIAL APTA. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ADMISSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. ESPECIFICAÇÃO DE VALOR QUE PRETENDE O AUTOR SER INDENIZADO POR DANOS MORAIS. OBRIGAÇÃO INEXISTENTE. COLISÃO ENTRE DOIS VEÍCULOS. SEMÁFORO DESFAVORÁVEL AO FLUXO DE TRÂNSITO NO SENTIDO QUE SEGUIA O AUTOMÓVEL CONDUZIDO PELO RÉU. CULPA CONFIGURADA. CONFIRMAÇÃO DE TESTEMUNHA PRESTADA JUNTO À POLÍCIA MILITAR. PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO. INEXISTÊNCIA. ÔNUS DO RÉU. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. Não é inepta a petição inicial quando o autor narrou logicamente os fatos, permitindo compreender a postulação, formulou pedidos claros e determinados, compatíveis entre si, e não incorreu em nenhuma das hipóteses do art. 295, p.ú., do CPC, permitindo ao réu apresentar sem dificuldades sua contestação. Inexiste obrigação do autor de estimar o valor que pretende a título de danos morais, nem mesmo para fixação de valor da causa, apenas o Juiz tem o poder de decidir sobre a existência e configuração dos danos morais, e principalmente sobre a sua quantificação de acordo com a conduta do agente de forma a reparar a ofensa. Demonstrada a ocorrência dos fatos narrados na petição inicial, viável se mostra a indenização com base nos arts. 186 e 927 do CC. O mero dissabor com a ocorrência de colisão entre veículos não



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

implica danos morais. Quando cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos os encargos financeiros da sucumbência, de acordo com a derrota objetiva experimentada. Recurso parcialmente provido.

**VOTO N.º 10.249**

Trata-se de recurso de apelação interpostos à r. sentença de fls. 103/107 que julgou procedente a pretensão inicial para condenar o réu ao pagamento de indenização ao autor por danos materiais no valor de R\$2.216,35, corrigido desde a data da elaboração do orçamento apresentado nos autos, bem como por danos morais fixados em R\$3.000,00, atualizados a partir do arbitramento. Ambas as quantias serão acrescidas de juros de mora contados da citação. Em razão da sucumbência, o réu arcará com custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 15% do valor da condenação, observada a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Inconformado, recorre o vencido, pretendendo a inversão do julgado. Preliminarmente, insiste na inépcia da petição inicial pela cumulação indevida de pedidos, além de cerceamento de sua defesa por não ter o autor especificado o valor que objetiva como indenização por danos morais. No mérito, afirma que o autor causou a colisão entre os veículos ao não tomar as devidas cautelas quando realizou a conversão em pista molhada. Defende inexistir prova produzida em juízo de sua culpa pelo acidente automobilístico, não bastando declarações



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

prestadas junto à Polícia Militar. Alega que não há dano moral a ser reparado e discorda dos valores lançados no orçamento apresentado pelo autor referente à reparação da motocicleta. Subsidiariamente, requer que seja considerada culpa concorrente pelo evento danoso e que haja a redução dos valores das indenizações.

Recurso tempestivo, dispensado de preparo e respondido.

É o relatório.

Preliminarmente, a peça inicial não é inepta, uma vez que o autor narrou logicamente os fatos, permitindo compreender a postulação, formulou pedidos claros e determinados, compatíveis entre si, pois admitida a cumulação de pedidos de indenização por danos materiais e morais, e não incorreu em nenhuma das hipóteses do artigo 295, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

Ademais, o réu não encontrou qualquer dificuldade em apresentar sua contestação, fato que por si só demonstra a inocorrência do apontado vício formal.

Por outro lado, inexiste obrigação do autor de estimar o valor que pretende a título de danos morais, nem mesmo para fixação de valor da causa. Ainda que estipule o quanto tem intenção de receber, apenas o Juiz tem o poder de decidir sobre a existência e configuração dos danos morais e, principalmente, sobre a sua quantificação de acordo com a conduta do agente de forma a reparar a ofensa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

No mérito, deflui das provas colacionadas aos autos que, em 10.8.2008, as partes envolveram-se em acidente de trânsito em cruzamento sinalizado por semáforo.

Alega o autor que o réu estava dirigindo seu automóvel GM/Corsa Wind, placa CZL9618, não observou o sinal vermelho e efetuou a conversão atingindo sua motocicleta e provocando danos de grande monta. Busca o ressarcimento pelos danos materiais e morais sofridos.

Em contestação, o réu alega que o autor não agiu com cautela ao trafegar em pista molhada e atribuiu culpa concorrente pelo acidente automobilístico.

Pois bem. A dinâmica do acidente é incontroversa, discutindo os litigantes quanto à culpa pelo abalroamento entre a motocicleta guiada pelo autor e o automóvel conduzido pelo réu.

A responsabilidade civil, pelo nosso ordenamento jurídico, exige a tríplice concorrência do prejuízo à vítima, do ato culposos do agente e do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do agente (artigo 186 do Código Civil).

Em outras palavras: para que se configure o dever de indenizar é indispensável que o prejuízo guarde etiologia causal com a culpa do agente.

Urge lembrar que embora o novo Código Civil tenha um sistema que agasalha a responsabilidade



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

objetiva, também prevê uma cláusula geral de responsabilidade subjetiva no artigo 927 combinado com o artigo 186, que começa pelo conceito de ato ilícito e estende-se pelo estudo dos seus elementos: conduta culposa, nexa causal e dano.

Assim, no caso de responsabilidade subjetiva impõe-se examinar um a um dos elementos supracitados porque cada um deles desempenha um papel especial na complexa disciplina das situações geradoras do dever de reparar o dano.

O princípio geral da responsabilidade civil no direito brasileiro repousa na culpa, ressalvadas algumas exceções.

A presente ação visa justamente a indenização de acidente de trânsito fundada no artigo 186 do Código Civil.

Para CARLOS ROBERTO GONÇALVES, é essencial que o agente causador do dano "tenha agido com culpa: por ação ou omissão voluntária, por negligência ou imprudência, como expressamente se exige no artigo 186 do Código Civil. Agir com culpa significa atuar o agente em termos de, pessoalmente, merecer a censura ou reprovação do direito. E o agente só pode ser pessoalmente censurado, ou reprovado na sua conduta, quando, em face das circunstâncias concretas da situação, caiba afirmar que ele podia e devia ter agido de outro modo" (Responsabilidade Civil, São Paulo, Saraiva, 2005, pág. 490).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

Em que pese à tentativa do réu de distorcer a dinâmica dos fatos, imputando responsabilidade exclusiva ao autor e, subsidiariamente, defendendo culpa concorrente pelo acidente de trânsito, indiscutível a sua culpa exclusiva pelo evento, pois não há nos autos prova convincente de que a colisão entre os veículos ocorreu conforme sua versão.

Por outro lado, os documentos colacionados pelo autor acabam por formar cenário que torna revestida de maior verossimilhança sua narrativa.

Com a petição inicial, apresentou o autor boletim de ocorrência lavrado junto ao 7.º D.P. de Santos com as seguintes considerações: "Apurou o policial militar que o autor, em seu veículo GM/Corsa, aguardava na av. Gal. Francisco Glicério, sentido Pompéia/José Menino, a abertura do semáforo para converter à esquerda na r. Rio Grande do Norte, e segundo a testemunha que estava no local logo atrás do autor, este teria avançado o semáforo vermelho e acabou por colidir com a motocicleta conduzida pela vítima, que trafegava pela Av. Francisco Glicério em sentido contrário. (...) O autor, abalado emocionalmente, em estado de choque, foi até sua casa, pois reside próximo ao local, deixando seu veículo, e pediu para que sua filha, ora declarante, comparecesse ao local dos fatos e apresentasse seus documentos ao noticiante." (fl. 15). Frise-se que o depoimento da testemunha foi tomado pelo policial militar, dotado de fé pública, conforme cópia de fl. 19, sendo que o réu não apresentou qualquer prova em sentido contrário.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

Veja-se que as partes foram questionadas acerca do interesse de produzir provas (fl. 91), contudo, não as especificaram no momento oportuno.

Destarte, evidenciado está que o réu não observou o semáforo vermelho para a via pela qual seguia e acabou por atingir a motocicleta do autor. Dessa forma, devidamente configurada a responsabilidade subjetiva do réu pelo acidente, devida é a indenização pelos danos materiais tal como imposta na sentença.

Em relação aos orçamentos realizados pelo autor (fls. 33/36), infere-se que foi feito por uma empresa de autopeças, em 20.8.2008. O fato de haver dois orçamentos emitidos pela mesma pessoa jurídica, aliás, coincidindo o custo total das peças necessárias ao reparo da motocicleta, por si só, não enseja qualquer irregularidade no valor apresentado pelo autor como referência dos gastos que teve com o conserto de seu bem avariado. Isso porque, restringiu-se o réu em impugnar genericamente o valor, sem nem sequer trazer qualquer outro orçamento comparativo.

De assinalar-se, no tocante ao dano moral, que estabelece a Constituição Federal como um dos fundamentos da República, que se constitui em Estado Democrático de Direito, "a dignidade da pessoa humana" (artigo 1.º, inciso III).

Com isso, "temos hoje - anota SÉRGIO CAVALIERI FILHO - o que pode ser chamado de direito subjetivo constitucional à dignidade. Ao assim fazer, a



Constituição deu ao dano moral uma nova feição e maior dimensão porque a dignidade humana nada mais é do que a base de todos os valores morais, a essência de todos os direitos personalíssimos. O direito à honra, à imagem, ao nome, à intimidade, à privacidade ou a qualquer outro direito da personalidade - todos estão englobados no direito à dignidade, verdadeiro fundamento e essência de cada preceito constitucional relativo aos direitos da pessoa humana.

Pois bem, dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que violação do direito à dignidade. E foi justamente por considerar a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem corolário do direito à dignidade, que a Constituição inseriu, em seu art. 5, inc. V e X, a plena reparação do dano moral." (Visão Constitucional do Dano Moral *apud* Cidadania e Justiça vol. 6, pág. 206, publicação da Diretoria de Comunicação Social da AMB)

No entanto, "se dano moral é agressão à dignidade humana, não basta para configurá-lo - prossegue o magistrado fluminense - qualquer contrariedade, desconforto, mágoa, irritação ou aborrecimento, sob pena de ensejar a sua banalização. Só pode ser considerada como tal - conclui - a agressão que atinja o sentimento pessoal de dignidade, que, fugindo à normalidade, cause sofrimento, vexame e humilhação intensos, alteração do equilíbrio psicológico do indivíduo, duradoura perturbação emocional, tendo-se por paradigma não o homem frio e insensível, tampouco o de extrema sensibilidade, mas sim a sensibilidade ético-social comum." (*ibidem*)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**27ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

"Com efeito - assentou este Tribunal de Justiça -, não cabem no rótulo de 'dano moral' os transtornos, aborrecimentos ou contratempos que sofre o homem no seu dia-a-dia, absolutamente normais na vida de qualquer um." (RT 711/107)

No caso dos autos, ainda que inegáveis os transtornos causado ao autor em razão do acidente de trânsito, não se verifica o dano moral passível de indenização, pois de acordo com o laudo de exame de corpo de delito de fl. 25, ele sofreu lesão de natureza leve que não comprometeu suas ocupações habituais por mais de trinta dias, tampouco causou-lhe debilidade permanente ou incapacidade para o trabalho.

Assim, o fato, por si só, de o réu ter sido culpado pelo acidente que danificou a motocicleta do autor não implica em ocorrência de danos morais.

Pelo meu voto, dou parcial provimento ao recurso, apenas para excluir a condenação por danos morais. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas e das despesas processuais, além de honorários advocatícios de seus respectivos patronos, observada a concessão dos benefícios da justiça gratuita aos litigantes.

**GILBERTO LEME**  
Relator